



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

17316 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVII Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional – ANPEd Nordeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT12 - Currículo

A BNCC NO TERRITÓRIO MARANHENSE: O QUE AS PESQUISAS NAS ESCOLAS DAS REDES MUNICIPAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL REVELAM

Maria Elinete Goncalves Pereira - UFMA - Universidade Federal do Maranhão

Nelcyleide de Jesus Pedrozo - UFMA - Universidade Federal do Maranhão

Lélia Cristina Silveira de Moraes - UFMA - Universidade Federal do Maranhão

A BNCC NO TERRITÓRIO MARANHENSE: O QUE AS PESQUISAS NAS ESCOLAS DAS REDES MUNICIPAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL REVELAM

1 INTRODUÇÃO

Este estudo apresenta os resultados de duas pesquisas concluídas em 2024: uma dissertação de mestrado e uma tese de doutorado em Educação. As pesquisas mencionadas buscaram analisar as influências e implicações da BNCC na prática dos professores. A partir de uma abordagem qualitativa, foram conduzidas utilizando o método do materialismo histórico-dialético e envolveram pesquisa documental e bibliográfica, além da aplicação de instrumentos e técnicas, como observação, questionário, entrevista semiestruturada e análise de conteúdo.

O aporte teórico baseia-se em Kosik (2011), Gil (2002; 2008), Poupart (2010), Bardin (2011), Goodson (2001; 2013), Apple (2001; 2006), Saviani (2013; 2016), Santomé (2003), Sacristán (2000), entre outros. A investigação envolveu profissionais que trabalham em escolas municipais do Ensino Fundamental no Maranhão, abrangendo tanto a capital, São Luís, quanto o município de Imperatriz.

Portanto, o propósito deste resumo expandido é explorar mais profundamente dois eixos relacionados à implementação da BNCC no estado do Maranhão, conforme revelado nas respectivas pesquisas. Além disso, identifica semelhanças e diferenças dessa implementação entre os municípios estudados.

A primeira seção, apresenta o envolvimento dos professores da rede municipal de São Luís/MA com a implementação da BNCC nas escolas onde atuam. Já a segunda seção, destaca os desafios, dificuldades e críticas ao processo de implementação da BNCC, apontadas pelos participantes da pesquisa, desenvolvida em quatro escolas da rede municipal de ensino do município de Imperatriz/MA.

2 A IMPLEMENTAÇÃO DA BNCC NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO LUÍS

A BNCC define-se como um “documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de **aprendizagens essenciais** que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e das modalidades da Educação Básica” (Brasil, 2017, p. 07, grifo do autor). Como documento normativo, a BNCC define conhecimentos, habilidades e competências que os alunos devem adquirir ao longo de sua trajetória escolar, o que impõem que os professores sigam as orientações para atingir os objetivos de aprendizado determinados nas diferentes áreas do conhecimento.

Esta seção integra a pesquisa que deu origem à dissertação intitulada “*A Base Nacional Comum Curricular no Contexto da Rede Municipal de Ensino de São Luís/MA: implicações no currículo escolar sob a visão dos professores*”, que teve por objetivo analisar as implicações da BNCC no currículo escolar na visão dos professores. Ao longo da investigação, foi possível constatar que a BNCC foi implantada nos estados brasileiros, sendo essa implementação acompanhada pelos municípios. No estado do Maranhão, não foi diferente, bem como no município de São Luís, sua capital. Assim, neste trabalho focalizaremos a discussão acerca de um dos resultados encontrados na pesquisa. Dessa forma, apresentamos como os 17 (dezesete) professores dos anos finais (6º ao 9º ano) de duas escolas, sendo uma do Núcleo Centro e outra do Núcleo Rural da Rede Municipal de Ensino de São Luís que foram os participantes da pesquisa se envolveram na implementação da BNCC nas escolas onde atuam.

Ao serem questionados sobre o seu envolvimento na implementação da BNCC, os professores expressaram suas experiências, revelando duas categorias de análise distintas, a partir da análise de conteúdo de Bardin (2011). O estudo bem como a análise de conteúdo, nos levou a inferir que os professores têm realizado essa implementação de forma individual ou coletiva, o que acreditam que seja necessário para que ocorra uma prática mais adequada. No entanto, também foi destacado que essa implementação existe parcialmente, uma vez que nem todos os professores têm conhecimento sobre a BNCC e inexistem formações que possam garantir um maior conhecimento acerca dessa aplicabilidade na prática

docente e, conseqüentemente, no contexto escolar.

De acordo com os dados obtidos, 67% dos professores do Núcleo Rural relataram que o envolvimento com a implementação da BNCC na sua escola ocorre de **forma individual ou coletiva**, enquanto 55% dos professores do Núcleo Centro destacaram a mesma situação. Para apresentar a realidade encontrada nos dois núcleos respectivamente, apresentamos as falas da professora de Filosofia e Ensino Religioso e do professor de Educação Física:

[...] assim, é, enquanto escola, é uma coisa individual, cada qual faz do seu modo e de acordo com a sua, mas assim, a minha prática, por exemplo, eu procuro estar de acordo com aquilo que é estabelecido né? (Profª. Filosofia e Ensino Religioso); fizemos reuniões aqui na escola para falar a respeito disso e vimos o tanto que tem assim um abismo grande entre você falar entre competências e habilidades [...]. (Professor de educação Física).

Nas duas narrativas apresentadas, a primeira diz que o envolvimento com a implementação da BNCC na escola onde trabalha é de forma individual, e a segunda destaca que esse envolvimento ocorre de forma coletiva, através de reuniões. Assim, a primeira narrativa indica que o trabalho individual implica a necessidade de adaptação ao que está sendo proposta como nova normativa curricular. Para Branco *et al.* (2018, p. 58), “a compreensão do processo de construção do conhecimento escolar facilita ao professor um maior entendimento do próprio processo pedagógico”.

Fornecer uma base sólida para o desenvolvimento das práticas pedagógicas possibilita que os professores promovam estratégias de ensino que possam ser colocadas em prática e, principalmente, que ajudem o aluno a dar sentido àquilo que está sendo apresentado. Outrossim, ao analisar a segunda narrativa, este destaca que as reuniões são presentes no contexto de implementação da BNCC na escola onde trabalha, porém é possível observar o “abismo” ao serem apresentados os direcionamentos para habilidades e competências que estão presentes no documento.

De outro modo, Costa (2020, p. 150) aponta que a BNCC enquanto uma “política que nasceu nacional, mas cuja implementação ocorre nos municípios, condicionada pelo pacto colaborativo entre os diferentes entes federativos”. Depreende-se que para que a BNCC seja efetivamente aplicada nas escolas de todo país se houver uma articulação e cooperação conjunta entre o governo federal, estados e municípios, bem como o envolvimento dos professores e da comunidade escolar como um todo.

Dando continuidade às respostas encontradas, foi possível depreender que,

para alguns, **não existiu** o envolvimento da implementação da BNCC na escola onde trabalham. No Núcleo Centro, encontramos o percentual de 36% dos professores alegando a inexistência de envolvimento e no Núcleo Rural o percentual encontrado foi de 33%. Apresentamos a seguir a falas do Professor de Matemática e da Professora de Ciências dos Núcleos Centro e Rural, respectivamente:

Nem vou te comentar porque nos últimos anos a nossa escola aqui, até sem supervisor nós estamos, praticamente não se falou sobre isso aqui [...] (Professor de Matemática); [...] não tem ocorrido. Aqui por ser uma escola da zona rural, uma escola que apresenta muitos entraves, né, dentre eles a questão da distância, da violência, então, quase não se discute, entendeu? Então se eu te dissesse que a gente tava discutindo e trabalhando seria mentira. (Professora de Ciências).

Ao analisarmos as narrativas, evidenciamos que existe uma lacuna perceptível em relação às formações dos professores, o que direciona a responsabilidade para os docentes, os quais estão em busca de informações relevantes para enfrentar os desafios oriundos do contexto escolar e consequentemente na implementação da BNCC. Para Nascimento e Borges (2022, p. 153), “formação e estudo, que passam pelo coletivo e pela colaboração dos pares no tratamento da BNCC é um aspecto indispensável”. Assim sendo, a formação de professores se apresenta diretamente ligada aos mecanismos de suporte, de modo que tenham condições de realizar o seu trabalho docente. Coadunamos com Sacristán (2000, p. 165) quando afirma que “no professor recai não apenas as determinações a serem respeitadas provenientes do conhecimento ou dos componentes diversos que se manifestam no currículo, mas também as obrigações em relação a seus próprios alunos”. Nesse sentido, o papel do professor é desafiador, uma vez que exige a combinação das determinações curriculares aliado às necessidades reais dos seus alunos.

Portanto, a partir das categorias aqui apresentadas, foi possível compreender alguns pontos sobre como os professores da Rede Municipal de Ensino de São Luís destacam as suas experiências para a efetiva implementação da BNCC nas escolas onde atuam: - o primeiro é de que alguns só conseguem visualizar um envolvimento por muitas vezes individual, ou de forma coletiva, quando raros são os momentos de reuniões para o discutirem sobre esse processo de implementação da BNCC - o segundo ponto é que não existe e que não conseguem visualizar como sujeitos ativos desse processo. Logo, compreende-se dessa forma que esses dois pontos destacam a necessidade de formação contínua para os professores, uma vez que as mudanças curriculares expressas hoje na BNCC afetam não apenas o currículo em si, mas também têm uma relação direta

com a prática dos professores.

3 DESAFIOS E RESISTÊNCIAS NA IMPLEMENTAÇÃO DA BNCC: vozes dos professores

Inicialmente, é importante destacar que o tema abordado é uma categoria identificada na tese de Doutorado intitulada *"Base Nacional Comum Curricular e a Prática dos Professores do Ensino Fundamental: entre a normatividade e o currículo em ação"*. Os participantes incluíram 35 (trinta e cinco) professores e 4 (quatro) coordenadores pedagógicos da etapa dos Anos Finais do Ensino Fundamental da rede municipal de ensino de Imperatriz/MA.

A BNCC, aprovada em 2017, é uma normativa educacional para a Educação Básica. De acordo com as discussões teóricas apresentadas em Freitas (2018), Apple (2001), Frigotto (1995; 2021), Saviani (2013; 2016), Duarte (2016) e outros autores citados na pesquisa, a BNCC é caracterizada como uma política curricular com viés neoliberal, pois prioriza normas mercadológicas na elaboração do currículo. Essa abordagem promove um ensino focado em aspectos utilitaristas (Duarte, 2016), enquanto relegada a formação histórica e social dos indivíduos a um papel secundário.

Para Saviani (2013, p. 31), "o desenvolvimento histórico não é outra coisa senão o processo através do qual o homem produz a sua existência no tempo". Em outras palavras, a interação humana com a natureza produz o mundo histórico, a cultura e a humanidade. Sob essa perspectiva, o currículo escolar pode ajudar o indivíduo a reconhecer-se como sujeito dessa construção e a tomar decisões sobre sua própria vida. No entanto, alcançar essa emancipação (Tonet, 2002) exige uma prática pedagógica crítica e transformadora da sociedade atual. Isso nos leva a concordar com Freire (2014, p. 75) quando afirma que "ninguém pode estar no mundo, com o mundo e com os outros de forma neutra".

Assim, as reflexões de Apple (2001; 2006), Freitas (2018) e Saviani (2016) sobre as propostas de um currículo nacional, como a BNCC, mostram um distanciamento dessa perspectiva de ensino. Além disso, a generalidade da BNCC dificulta o atendimento às diversidades regionais, tanto em termos de condições técnico-pedagógicas quanto materiais, o que pode contribuir para o aumento das desigualdades educacionais no país.

No campo empírico, os participantes da referida pesquisa, ao comentarem sobre a implementação da BNCC nas escolas em que trabalham, destacaram diversas dificuldades, que foram identificadas como desafiadoras para o desenvolvimento de suas práticas curriculares. Essas dificuldades foram evidenciadas em declarações como: *[...a proposta é boa, mas assim na prática a*

gente não consegue colocar isso, a gente se depara com uma realidade heterogênea...] (Prof. de Arte e Língua Portuguesa 2) e ainda, *[...se for acompanhar só o que está na base aí já dificulta porque tem essa relação aí, particularidades da região...]* (Prof. de Ciências 4).

Nesse contexto, as declarações revelam as dificuldades em implementar as definições curriculares da BNCC. Conforme mencionado pelos autores citados, a diversidade presente em um país continental como o Brasil torna difícil a aplicação de um currículo nacional uniforme. Além disso, foram destacadas as limitações da infraestrutura escolar e dos recursos didáticos e pedagógicos disponíveis para o desenvolvimento das aulas, como por exemplo: *“[...os recursos pedagógicos que exatamente nós não temos o aluno...aquela questão do reverso ele tem a teoria, mas na prática...]”* (Prof. de Língua Portuguesa 3); e ainda, *“[...eu busco mais em forma de pesquisa e levar as aulas práticas, o que é outro problema devido à falta de recurso...]”* (Prof. de Ciências 1).

Além dessas dificuldades e desafios mencionados, foram feitas críticas ao documento, que poderia *“[...ser também mais voltada para o humano, nem mesmo essa condição, essa competência mais voltada para o mercado de trabalho pra formação do trabalhador a gente não tem êxito...]”* (Prof. de História 2). Essa percepção revela que os participantes da pesquisa reconhecem o viés ideológico da BNCC, indicando ser mais utilitarista e técnico, e menos focado no desenvolvimento humano em suas diversas dimensões.

Ainda, em relação a implementação da BNCC, os investigados destacaram:

[...tem que ter, em relação a ter do jeito que ela tá lá, não sei se teria essa necessidade...] (Prof. de Ciências 1); *[...percebo que certas coisas nem tem como alcançar aquela habilidade...]* (Prof. de Ciências 2); *[...fui bastante crítico a BNCC... percebia que era mais um documento, o meu trabalho não mudava muita coisa...]* (Prof. de Geografia 2).

Desse modo, nesta categoria específica, foi observado que os participantes reconhecem a importância normativa da BNCC, mas são cientes das limitações na implementação dessa diretriz. Isso se deve à diversidade das necessidades educacionais nos contextos locais e regionais, que precisam ser consideradas. Assim, embora a BNCC seja um dos documentos orientadores na elaboração curricular de suas práticas, os pesquisados não seguem a prescrição de forma rígida, sugerindo a necessidade de mais estudo e reflexão para adequar o currículo às realidades locais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Base Nacional Comum Curricular foi concebida em um ideário que desconsidera, principalmente, a diversidade educacional brasileira. Por isso, sua implementação apresenta desafios consideráveis. Apesar de não se autodeclarar como um currículo, sua estrutura sugere essa dimensão, uma vez que traz rol de conteúdos estabelecido para cada ano e área de conhecimento da educação básica.

As duas pesquisas realizadas sobre a implementação da BNCC no Maranhão destacam vários desafios significativos. Entre os quais, destacam-se: a dificuldade em reestruturar os currículos escolares devido às limitações materiais e técnicas dos sistemas e instituições de ensino; a necessidade de equilibrar o processo normativo com a realidade escolar na elaboração dos currículos. Além disso, muitos profissionais não têm conhecimento aprofundado do documento, o que acaba dificultando as articulações coletivas para repensar seus currículos. Dessa forma, a análise da implementação da BNCC em São Luís e Imperatriz realçam, principalmente, a necessidade dos professores se sentirem e serem sujeitos partícipes desse processo, uma vez que estes estão no “chão da escola”.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael W. A política do conhecimento oficial: faz sentido a ideia de um currículo nacional? In: MOREIRA, Antônio F.; SILVA, Tomaz T. (Org.). **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo: Cortez, 2001.

APPLE, Michael W. **Ideologia e Currículo**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BRANCO, Emerson Pereira; BRANCO, Alessandra Batista de Godoi; ZANATTA, Shalimar Calegari; NAGASHIMA, Lucila Akiko. **A implantação da Base Nacional Comum Curricular no contexto das políticas neoliberais**. 1. Ed. Curitiba: Appris, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 01 jul. 2019.

COSTA, Rejane Peres Neto. **“Uma marca de governo”**: a Base Nacional Comum Curricular no município de Nova Iguaçu. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu-Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://tede.ufrj.br/jspui/handle/jspui/6304>. Acesso em: 20 fev.2023.

DUARTE, Newton. **Os conteúdos escolares e a ressurreição dos mortos** contribuição à teoria histórico-crítica do currículo. Campinas, SP: Autores Associados, 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 48ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação**: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 1995.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Governo Bolsonaro: anulação de direitos universais, desumanização e violência. **Revista Desenvolvimento e Civilização**, v. 2, n. 2, p. 118-138, jul./dez. 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GOODSON, Ivo F. **As políticas de currículo e de escolarização**. Tradução: Vera Joscelyne. Petrópolis, RJ, Vozes. 2013.

GOODSON, Ivo F. **O currículo em mudança**: estudos na construção social do currículo. Tradução de Jorge Ávila de Lima; Porto Editora, 2001.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

NASCIMENTO, Ilma Vieira do; BORGES, Wendla Mendes Silva. O diálogo entre a implementação da BNCC, a formação continuada de professores e as tecnologias digitais no cotidiano de uma escola de São Luís. **Revista Educação e Emancipação**, São Luís, v.15, n. 3, set./dez.2022. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/reducaoemancipacao/article/view/20> Acesso em: 30 out.2023.

POUPART, Jean. A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. *In*: POUPART, Jean *et al.* **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

SACRISTÁN, José Gimeno. **O Currículo** – uma reflexão sobre a prática. 3ª ed. Artmed Editora, Porto Alegre, 2000.

SANTOMÉ. Jurjo Torres. **A educação em tempos de neoliberalismo**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

SAVIANI, Dermeval. Educação Escolar, Currículo e Sociedade: o problema da Base Nacional Comum Curricular. **Movimento Revista de Educação**, n. 4, 2016.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. Campinas: Autores Associados, 2013.

TONET, Ivo. **Democracia ou liberdade**. Maceió: EDUFAL, 2002. Disponível em: http://ivotonet.xp3.biz/arquivos/Democracia_ou_Liberdade.pdf . Acesso em: 10 maio 2022.

Palavras-chave: BNCC; Território Maranhense; Ensino Fundamental.

